

VOTO E SEXUALIDADE: REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E APROXIMAÇÕES DA AGENDA LGBTQI+

Leandro Franklin Gorsdorf
*Professor de Prática Jurídica em Direitos Humanos da
Universidade Federal do Estado do Paraná.
Leandroufpr2011@gmail.com*

*Simpósio Temático nº 12 – DEMOCRACIA ERODIDA: REARTICULAÇÕES E RESISTÊNCIAS
DE GÊNERO, SEXUALIDADE*

RESUMO

Uma das principais discussões na ciência política é a representação nos espaços legislativos, como congresso nacional, assembleias legislativas e câmaras de vereadores/as. Em se tratando da representação política da população Lgbtqi+ poucos/as foram os/as representantes neste período democrático, tonando as demandas por políticas públicas e direitos Lgbtqi + objeto do poder executivo e/ou judiciário mas não do poder legislativo. Porém na contramão do avanço do conservadorismo político-religioso-fundamentalista no brasil, tivemos nas eleições de 2020 a eleição de mais de 40 representantes gays, lésbicas, trans e bissexuais nas cidades, de norte a sul, das mais variadas siglas partidárias. Neste ano de 2021, a proposta foi acompanhar as propostas legislativas dos representantes Lgbtqi+ das cidades pertencentes as regiões metropolitanas, identificando as principais propostas temáticas e aspectos interseccionais, que pudessem conformar as primeiras impressões quanto aos impactos na agenda política. Por outro lado, também foi levantado situações de violências contra as/os representantes Lgbtqi que surgiram para desqualificar ou mesmo atentar a vida, apresentando em que medida a maior exposição destes corpos em espaços exclusivamente heteronormativos produz uma contrarreação política.

Palavras-chave: Direitos lgbtqi+, Vereadores/as , Representação política , Violência , Discriminação.

ABSTRAT

One of the main discussions in political science is therepresentation in legislative spaces, such as national congress, legislative assemblies and chambers of aldermen/as. Regarding the political representation of the lgbtqi+ population, few were representatives in this democratic period, making the demands for public policies and lgbtqi rights + the object of the executive and/or non-judiciary powers. However, against the advancement of political-religious-fundamental conservativeism in brazil, in the 2020 elections we had

the election of more than 40 gay, lesbian, trans and bisexual representatives in cities, from north to south, from the most various parties. In this year, 2021, the proposal was to follow the legislative proposals of the lgbtqi+ representatives of the cities belonging to the metropolitan regions, identifying the main thematic proposals and intersectional aspects, which they could conform the impressions in the first impact. On the other hand, situations of violence against the lgbtqi representatives which arised to disqualify or even outrages to life was also raised, presenting to what extent the greater exposure of these bodies in spaces exclusively heteronormically reproductive.

Keywords: Lgbtqi+ rights, Councilors, Political representation, Violence, Discrimination.

INTRODUÇÃO

Em tempos de conservadorismo, autoritarismo e neoliberalismo no Brasil, vimos nas eleições de 2020 a presença de vereadores/as LGBTI nas listas de resultados para as Câmaras Municipais de diversas cidades brasileiras. Estes corpos quebraram as barreiras, como questões financeiras, a desconfiança mútua entre partidos e ativistas LGBTI e a violência sistêmica contra estes sujeitos.

Apesar de nosso imaginário social sobre representação política de sujeitos LGBTI no legislativo ser parco, e inclusive controverso quando pensamos na eleição do deputado Clodovil Hernandez. Paulatinamente pode ser verificar um aumento de candidatos e candidatas aso mais variados cargos do legislativo e do executivo.

Diante deste novo panorama de novos/as vereadores/as LGBTI nas casas legislativas municipais, e com isso a discussão sobre direitos sexuais LGBTI na esfera pública. A pergunta desta pesquisa é: a representação política LGBTI nas Câmaras de Vereadores contribuíram para a construção de políticas públicas LGBTI, de uma agenda política pautada nos direitos sexuais?

Para esta análise a metodologia adotada será primeiro de identificação de quem são os vereadores/as LGBTI eleitos nas cidades. Segundo passo, realizar levantamento das propostas legislativas apresentadas neste primeiro ano de mandato, para ao final reconhecer a agenda política em construção de defesa dos direitos sexuais LGBTI.

Ao final, apontar também para as reações, caracterizadas como violência política, contra estes/as vereadores/as LGBTI e a ameaça a existências destes corpos não conformados pelo padrão heteronormativo e cisgênero da nossa sociedade brasileira.

DESENVOLVIMENTO

O conceito quanto a questão da representação será organizada a partir de duas concepções teóricas: descritiva e substantiva. A descritiva está relacionada a quem são os representantes, neste caso em específico, os sujeitos pertencentes a população LGBTI. Já a representação substantiva foca no que os representantes fazem, o que produzem em termos legislativos independente do grupo. (RIFKIN, 1967) A potencialidade da representação política esta vinculada a possibilidade destes vereadores/as LGBTI reavivar as vozes do passado mas presentificar continuamente nos espaços políticos institucionais as demandas da população LGBTI.

Para realizar esta radiografia sobre a presença dos representantes LGBTI na vereança a partir de 2020, parte-se primeiro para o olhar do processo eleitoral, para posteriormente apontar a construção de uma agenda política LGBTI nas cidades a partir das propostas legislativas de vereadores/as LGBTI eleitos/as.

A Aliança LGBTI numa ação de incidência e mobilização dos candidatos e candidatas LGBTI, chamado Voto com Orgulho, nas eleições para prefeitos/as e vereadores/as lançou um termo de compromisso¹ pela cidadania e pelos direitos LGBTI +voltado aqueles e aquelas que se reconhecem com lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersex. Dentre os compromissos podemos elencar: criações de frentes pelos Direitos LGBTI e HIV/AIDS, políticas de enfrentamento a LGBTfobia; garantia do uso do nome social por transexuais e travestis; instituição de datas comemorativas, votar contra projetos de lei que ensejem retrocessos nos direitos LGBTI, e políticas de garantia de educação de qualidade e estado laico.

Esta iniciativa contou com 585 adesões, sendo 15 para prefeitas e prefeitos e 569 para vereadoras e vereadores, desses 89,1% (569) são LGBTI+ e 10,8% (63) aliadas a causa. É composto por 46,8% (274) de Gays, 12,6% (74) de Lésbicas, 11,6% (69) de Mulheres Trans, 4,8% (28) de Bissexuais Masculinos, e o restante das demais identidades de gênero e orientações sexuais. (ALIANÇA LGBTI,2020).

Já quanto aos resultados, temos que a partir do levantamento da Aliança LGBTI a partir da assinatura do Termo de Compromisso temos que “dentro o número total de votos válidos, pessoas LGBTI+ que foram eleitas receberam um total de 450.854 votos, com um total de 48 candidaturas LGBTI+ eleitas aos mandatos, 93 pessoas LGBTI+ eleitas para suplências, 16 candidaturas de pessoas aliadas à causa LGBTI+, 42 candidaturas de pessoas aliadas à causa LGBTI+ eleitas para suplência.” (ALIANÇA LGBTI,2020).

Outro site que fez um levantamento a pedido do Jornal o Globo, foi o site GayBLOG, no qual em notícia veiculada no seu site, aponta o resultado dos vereadores/as LGBTI, porém não discrimina a metodologia utilizada para a elaboração deste resultado. Neste levantamento identificaram 590 nomes de pessoas abertamente LGBTs que se candidataram em 2020, sendo que deste total 112 foram eleitos em 2020. Num primeiro momento não existe a diferença quanto a candidatos e candidatas para o cargo de prefeito/a e vereadora/a. Na matéria apontam a lista dos vereadores e vereadoras LGBTI com indicação do nome, partido, cidade e Estado.

Um análise partidária é realizada por ambos os levantamentos, a Aliança LGBTI, aponta que “o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL figura como o partido que elegeu o maior número de pessoas LGBTI+ no País, com 25% das candidaturas eleitas, em segundo lugar encontra-se o Partido dos Trabalhadores – PT, com 22,7% das candidaturas eleitas, já em terceiro lugar temos o Partido Democrático trabalhista – PDT com 2,3% das candidaturas eleitas.”(ALIANÇA LGBTI, 2020).

O GayBlog não traz essa informação em porcentagem mas em números absolutos, sendo PSOL: 20 pessoas, PT: 16 pessoas, PDT: 15 pessoas,PSB: 7 pessoas, MDB: 6 pessoas,PSD: 6 pessoas,PSDB: 6 pessoas,PTB: 6 pessoas,PV: 5 pessoas,Cidadania: 5 pessoas,PC do B: 4 pessoas, DEM: 3 pessoas,PP: 3 pessoas,Avante: 2 pessoas, Patriota: 2 pessoas,Podemos: 2 pessoas, PL: 1 pessoa, PSL: 1 pessoa, Republicanos: 1 pessoa, Democracia Cristã: 1 pessoa.

Uma primeira análise a partir desta identificação partidária, podemos ter que a maioria dos candidatos/as eleitos/as são do campo do espectro de posicionamento de esquerda. Pode ser dito isso a partir de pesquisa que a partir de três *surveys* diferentes equalizou os partidos em três grandes grupos blocos de partidos, um primeiro que corresponde ao campo da esquerda, no qual se encontra à extrema esquerda no Partido

Socialismo e Liberdade (PSOL) e no Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a esquerda o Partido dos Trabalhadores e o PSB e do Partido Democrático Trabalhista (PDT) numa centro esquerda. Um segundo conjunto de partidos se estabelece numa posição pendular entre esquerda e direita, quais são: Partido Popular Socialista (PPS), o PSDB e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). E por fim temos um bloco coerentemente confirmado por partidos de direita, que são os Partido Social Cristão (PSC), o Partido Progressista (PP) e o DEM.(MACIEL, A. P. B. ALARCON, A. O. & GIMENES, E. R., 2017)

Optou-se por partir dos dados do GAYBLOG por elencar os nomes dos vereadores/as, seu partido e a cidade de sua eleição, num total de 112 vereadores/as LGBTI.

A escolha por adotar um levantamento não oficial, mesmo que sem explicitar a metodologia, se deve em razão da ausência dos indicadores de identidade de gênero, apesar de haver dados sobre o uso do nome social, mas que não corresponde a totalidade das identidades além de questões referentes a orientação sexual. Invisibilidade da representação LGBTI nas eleições municipais que não refletem a diversidade sexual presente no pleito seja na fase de candidaturas e dos resultados. O Tribunal Superior Eleitoral deve garantir aos candidatos/as se apresentarem a partir de seu lugar na sociedade.

Neste estágio inicial da pesquisa optou-se por realizar um recorte de análise, focando nos vereadores/as LGBTI de cidades médias e grandes, deixando para um segundo momento da pesquisa as cidades pequenas que possuem uma estrutura social e política diversa das demais cidades.

Para a realização deste recorte, utilizou-se os dados populacionais do IBGE das estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 10 de julho de 2021.(IBGE,2021). Com estes dados, tivemos a seguinte seleção de cidades: Fortaleza (CE), Lins (SP), Uberlândia (MG), Belo Horizonte (MG) , Niterói (RJ); – Belém (PA); Santarém (PA); Natal (RN); Blumenau (SC); Florianópolis (SC); São Paulo (SP); São Luís (MA); Montes Claros (MG) ; Porto Alegre (RS); Taubaté (SP); Ribeirão Preto (SP) ; Guarulhos (SP); Araraquara (SP); Cariacica (ES); Uberlândia (MG); Limeira (SP); Londrina – PR ; Aracaju (SE) Salvador (BA); Mauá (SP) Rio Grande/RS; Campinas (SP); Juiz de Fora (MG); Campo Grande (MS); Olinda (PE).

Pode-se observar com estes dados, que a maioria dos vereadores/as LGBTI se localizam na região Sudeste e Nordeste, no Sul tendo apenas duas cidades, e inexistência de representações nas cidades grandes e médias do Norte e Centro-oeste. Esse panorama pode ser oriundo de algumas hipóteses, mas que devem ser devidamente comprovadas com mais dados, que não caberia neste artigo em razão de seu escopo. Porém importante lançar algumas notas: inicialmente temos que a maioria dos estados que não tem nenhuma ou baixa representação de vereadores/as LGBTI, são de Estados com votação expressiva do presidente Bolsonaro.

Depois desse recorte espacial, ficamos com o universo da pesquisa de 51 vereadores/as LGBTI.

O segundo momento foi confirmar os nomes dos vereadores/as LGBTI nos sites oficiais da Câmara de Vereadores dos Municípios. Após esta verificação, notou-se que 4 pessoas da lista de 51 não constavam como vereadores/as como indicado na Câmara Municipal.

Outro elemento importante, que quando da análise dos vereadores/as quer-se olhar para os mandatos e das proposições legislativas, por isso outro elemento que foi importante de se assimilar era a constituição dos mandatos coletivos.

Os mandatos coletivos aqui entendidos como aqueles no qual os/as vereadores/as se comprometem a dividir a decisão com um grupo de cidadãos. Compartilhamento por grupo de pessoas que “ajude a definir seus posicionamentos políticos em relação a matérias que estão sendo discutidas e votadas nos parlamentos.” (SECHI, 2019, p. 22/23)

Muitos dos nomes na lista faziam parte de mandatos coletivos que foram eleitos, tendo na sua composição mais de um vereador/a LGBTI, podemos citar: Mandato Coletivo Periférico, Mandato Nós, entre outros. Como a análise iria recair em mandatos, individuais e coletivos, o número de mandatos que compuseram o campo de pesquisa e de análise acabou sendo de 45 mandatos de vereadores/as LGBTI.

Interessante observar que a discussão sobre representação descritiva e substantiva quando construída a partir dos mandatos coletivos amplia e por vezes desestabiliza esta dicotomia, pois na maior parte dos mandatos coletivos aqui, temos uma composição de pessoas cisgêneras e heterossexuais com pessoas LGBTI, implicando um maior desafio

na dialogicidade interna do mandato ao estabelecer a agenda política de propostas legislativas.

Finalizada a primeira parte da pesquisa quanto as questões espaciais e definição dos mandatos dos vereadores/as LGBTI a serem incorporados na análise, passa-se para a segunda parte de análise qualitativa das propostas legislativas destes mandatos.

O levantamento das propostas legislativas foi realizado nos sistemas de processo legislativo das Câmaras de Vereadores dos Municípios apontados acima. Nesta etapa verificou-se que um dos sites de Câmara Municipal estava fora do ar, o que novamente reduziu o campo da pesquisa para 44 mandatos de vereadores/as LGBT.

Concluindo analisamos os/as seguintes vereadores/as: Adriana do Mandato Coletivo “Nossa Cara”(PSOL)- Fortaleza/ Amanda Gondim(PDT)-Uberlândia/Bella Gonçalves(PSOL)-Belo Horizonte/ Benny Briolly(PSOL)- Niterói/ Bia Caminha(PT)-Belém/Biga Kalahare(PT)- Santarém/ Brisa(PT)- Natal/ Bruno Cunha(Cidadania)-Blumenau/ Carla Ayres(PT)-Florianópolis/ Carolina Iara(PSOL) – Mandato Coletivo Bancada Feminista/ Jhonatan Alves Soares Coletivo Nós (PT)- São Luis/ Ceci Protetora(PP) – Montes Claros/ Daiana Santos(PC do B)- Porto Alegre / Elaine do Mandato Coletivo Periférico/ Erika Hilton(PSOL) – São Paulo/ Fernando Holiday(NOVO) – São Paulo/ Douglas Carbonne(DEM)- Taubaté/ Duda Hidalgo (PT) – Ribeirão Preto/ Duda Salabert(PDT)- Belo Horizonte/ Felipe Alves(PDT)- Natal/ Filipa Brunelli(PT) Araraquara/ Flávio Preto(PSB)- Cariacica/ Gabriel Azevedo(Patriota) – Belo Horizonte/ Gilvan Masferrer(DC)- Uberlândia/ Isabelly Carvalho(PSB)- Limeira/ Jessica(PP)- Londrina/ Laina Crisostomo(PSOL) – Salvador/ Linda Brasil(PSOL)-Aracaju/ Luana Alves (PSOL) – São Paulo/ Márcio Araújo(PSD)- Mauá/ Maria Regina(PT)- Rio Grande/ Paolla Miguel(PT)- Campinas/ Tainá de Paula(PT)- Rio de Janeiro/ Mônica Benício(PSOL)- Rio de Janeiro/ Tallia Sobral(PSOL)- Juiz de Fora/ Thammy Miranda(PL)- São Paulo/ Valdir Gomes(PSD)- Campo Grande/ Verônica Lima(PT)- Niterói/ Vinicius Castello(PT)- Olinda/ Valquiria Nictheroy(PC do B)- Niterói/Marquito (PSOL) – Florianópolis/ Matheus Gomes(PSOL)- Porto Alegre/ Iza Lourenço(PSOL)- Belo Horizonte

Primeiro é necessário definir quais os documentos serão utilizados, ou seja, o corpus de pesquisa. No caso dessa pesquisa foram os Projetos de Lei – PL, Projeto de Lei

Complementar – PLP e Projetos de Lei Ordinária. Para os/as vereadores/as que já estavam em segundo mandato, foi levantado aqueles projetos de lei que foram reapresentados neste mandato atual.

O próximo foi identificar a unidade de registro, que feita a partir das Ementa dos Projetos, a partir de algumas palavras chaves de busca nos sistemas de processo legislativo das Câmaras Municipais, que foram: LGBT, gay, lésbica, transexual, travesti, pessoas trans, trançêneras, bissexual, intersex, LGBTfobia, Homofobia, lesbofobia, transfobia, HIV, AIDS, orientação sexual, diversidade sexual, identidade de gênero, discriminação, nome social. Temas relacionados as identidades LGBTI mas também a algumas temáticas no que podemos conceituar de direitos sexuais LGBTI. Direitos sexuais “referem-se a prerrogativas legais atinentes à sexualidade ou a grupos sociais cujas identidades foram forjadas sobre formas específicas de desejos e de práticas sexuais.”(CARRARA, 2013, p.145)

O levantamento apontou para 139 propostas legislativas sobre a agenda de direitos sexuais LGBTI. Muitas delas se repetiram com a mesma ementa em diversas municipalidades, principalmente porque propostas por vereadores/as de um partido com presença em várias cidades, como PSOL e PT.

Considerando as temáticas presentes nas propostas legislativas, tivemos no total a diversidade de 43 projetos de lei com iniciativas e ações políticas nas mais variadas áreas dos direitos sexuais LGBTI.

Dentre estas propostas as que mais tiveram reincidência nos mandatos LGBTI foram: 1.Dia Marielle Franco sobre a violência política contra mulheres negras, LGBTQ e periféricas – 10 vezes; 2. Dia da Visibilidade Lésbica – 8,;3. Fomento de emprego e renda para travestis e transexuais (incentivos fiscais) – 7 ; Dia Nacional do Orgulho LGBT – 6; Reserva de vagas para mulheres trans em concursos públicos municipais e de empresas delegadas – 6 ; Dia de enfrentamento a Homofobia, lesbofobia e transfobia – 5 ; Programa Transcidadania – 5; Campanha de Prevenção a HIV -5 ; Reconhecimento da Identidade de Gênero na Administração Municipal -5.

Como já dito a articulação das bancadas do PSOL e do PT nas principais cidades garantiram a para replicação das propostas que aparecem como de maior reincidência.

A pauta de transexuais e travestis aparece fortemente, desde a garantia da identidade de gênero, perpassando a questão do acesso ao trabalho e culminando no tema da violência, refletindo uma ação política frente aos altos níveis de assassinatos de pessoas trans no Brasil.

As propostas legislativas já organizadas por grandes áreas temáticas, apresenta a seguinte composição, partindo das 43 assuntos presentes: Política Pública Geral LGBTI (compreendido como planos, frentes, fundos destinados não a determinado grupo ou tema, sendo para a amplitude da população LGBTI) – 6 projetos de lei; Discriminação e LGBTfobia (compreendido como ações de prevenção e de sanções)– 10; Identidade de Gênero – 8 (garantia da identidade de gênero no âmbito da Administração pública, bem como de banheiros públicos e até de jazigos/lápides); Visibilidade e Orgulho LGBTQ (compreendido como dias de visibilidade e paradas de orgulho)- 6; Saúde – 5 (compreendido como políticas de prevenção a HIV e ações específicas para a população transexual e travesti); Trabalho -3 (compreendido desde de cotas de vagas em órgãos públicos até ações de antidiscriminação) ; Moradia – 4(compreendido por política de abrigamento de jovens LGBT e oriundos de violência em família ou inclusão de famílias homoafetivas na fila da COHAB); Educação -1(compreendido como inserção da temática de diversidade sexual no currículo).

Compatibilizando as propostas presentes no Termo de Compromisso da Aliança LGBTI e as identificadas nas propostas legislativas, podemos apontar que o exercício legislativo dos sujeitos LGBT tem sido muito criativo e tem conseguido ampliar os campos de ação política para além de uma pauta mais tradicional de direitos a liberdade e de família dos movimentos LGBTI mais institucionalizados.

Pode-se depreender outros aspectos a partir da pesquisa que 10 vereadoras/es da listagem de 45 mandatos não apresentaram nenhum projeto de lei relacionada a temática de direitos sexuais LGBTI. Uma das explicações pode ser que houve falha do site GAYBLOG ao definir quem era ou não vereador/a LGBTI ou porque muitos ainda se encontram no armário ou ainda que o contexto político local não permitiu a apresentação de propostas legislativas de garantia de direitos LGBTI. Ao verificar também os partidos que estes vereadores/as são filiados/as aponta para o campo de uma centro-direita e direita, conforme a pesquisa já apontada anteriormente.

Se existe algumas dúvidas quanto a justificativa de termos vereadores/as LGBTI que não apresentaram nenhuma projeto de lei em defesa da população LGBTI, quanto a dois vereadores em especial, tivemos não a ausência, mas a existência propostas legislativas contrárias a agenda de direitos sexuais LGBT, e aqui nos referimos a Fernando Holiday (NOVO) – SP e Jessião (PP) – Londrina – PR. Quanto a Fernando Holiday podemos citar dois exemplos: criação de uma Frente Parlamentar em da defesa da vida, da família e do direito natural e a instituição no âmbito do sistema municipal de ensino o “programa escola sem partido”. Por parte da vereadora Jessião, temos a proibição da instalação, adequação e uso comum de banheiros por pessoas de sexo biológico diferentes em todos os estabelecimentos comerciais, estudantis e órgãos públicos e vedação de publicidade que contenha alusão a gênero e orientação sexual, bem como movimentos sobre diversidade sexual relacionados a crianças e adolescentes.

Esta posição política não difere do discurso empreendido por estes vereadores no processo das eleições, inclusive se elegeram se apresentando como alternativa LGBTI conservadora, com pauta contrária a dos movimentos sociais.

Muitas propostas legislativas são oriundas de alianças com entre mandatos LGBTI em cidades que tem mais de um/a vereador/a , propostas de forma coletiva e assinadas por todas, como é o caso de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Apesar disso flagrantemente temos a como a vereadora mais produtora em matérias de projetos de lei de defesa dos direitos LGBTI é Erika Hilton (PSOL) – SP.

Está instalado em diversas cidades em suas câmaras municipais um tensionamento pelo avanços de políticas públicas pelos direitos sexuais LGBTI, principalmente pelo aumento da presença de sujeitos LGBTI e não mais tão somente de aliados/as, pessoas cisgêneras e heterossexuais, que foram determinantes para obstaculizar retrocessos sociais em legislaturas anteriores.

A presença de vereadores/as LGBTI e sua ação política pautada nos direitos sexuais LGBTI nas câmaras de vereadores trouxe outro elemento para o campo político, já presente para quem estava a frente de movimentos sociais LGBTI: a violência política.

Entende-se por violência política “o repertório de atos físicos ou de intimidação psicológica praticado, diretamente ou por meio de terceiros, por pessoa ou grupo de

peçoas, detentoras ou não de funções de representação política ou mandatos eletivos, com o objetivo de atentar contra a vida, agredir, ameaçar, ofender ou limitar ilegitimamente, por qualquer meio, o pleno desenvolvimento e a participação política de dirigentes partidárias/ os e representantes eleitas/os, candidatas/os e pré-candidatas/os.” (HASHIZUME, 2020, P.11/13)

A própria pesquisa sobre Violência Política e Eleitoral, coordenada pelas entidades de direitos humanos, Terra de Direitos e Justiça Global, no período de 2016 a 2020, traz duas informações que corroboram com o cenário de aumento da violência nos espaços institucionais legislativos. De um lado traz o fundamento desta violência na existência em nossa sociedade de relações de poder heteropatriarcais e por isso a escolha de mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis como vítimas preferenciais, de múltiplas maneiras, dos atos de violência envolvendo enfrentamentos na esfera política institucional e institucionalizada.

Outro elemento é da maior incidência da violência política e eleitoral nos municípios, segundo a pesquisa “vereadoras e vereadores parecem mais expostos a situação de ameaças advindas de terceiros e de outros agentes políticos, o que sugere que a ameaça representa um recurso no acirramento dos conflitos de interesse político-partidário, econômico e territorial no âmbito do município.” (HASHIZUME, 2020, p.18)

Num contexto anterior das eleições municipais e 2020, este cenário de violência contra candidatos/a LGBTI já estava presente no cotidiano do processo eleitoral. A ANTRA no Relatório Contra Violência LGBT’s nos Contextos Eleitoral e Pós Eleitoral (2019), relatou o contexto da violência eleitoral LGBT: “Ficou nítido que a motivação de discursos violentos e de ódio durante a campanha eleitoral contra a população LGBT tomou uma conotação enorme e de uma forma bem prática atingiram muitas pessoas trans. Na verdade é uma população mais visível, uma população que não tem como se ocultar dada sua identidade, que é bem aparente.” (ANTRA,2019)

Reforçando esta lógica que embasa e sustenta esta violência LGBTfóbica contra vereadores/as LGBTI, recente pesquisa do Instituto Marielle Franco "Violência Política de Gênero e Raça no Brasil", A especificidade da violência política baseada em gênero e raça se sustenta sobre as assimetrias das relações de poder entre negros e brancos, homens

e mulheres, pessoas cis e trans, que configuram a lógica racista e patriarcal do “fazer político” (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2021, p. 13). O estudo realizou 11 entrevistas com parlamentares mulheres negras, e dentre elas, algumas LGBTI. Por exemplo, Benny Brioli, Erika Hilton e Tainá de Paula. O que há de comum a estas vereadoras: ameaças de morte e violência. Este foi um dos motivos inclusive que fez com que Benny Brioli se ausentasse do país para proteção de sua vida.(O DIA, 2021).

O estudo deixa explícito que o Estado brasileiro não está preparado para proteger estas mulheres negras e trans, sendo limitada a assistência as essas mulheres, apesar de ocuparem um cargo público de um espaço institucional.

A reação conservadora a representação política de vereadores/as LGBTI nos espaços dos legislativos municipais intensifica as ações de violência, seja verbal ou física, colocando em risco em estes corpos que já se apresentam em situação de vulnerabilidade vide o histórico de desigualdade em nossa sociedade entre pessoas cis e trans e pessoas heteras e pessoas gays, lésbicas, bissexuais e intersex.

E como diz Erika Hilton (PSOL) de São Paulo "Tenho a sensação de que há até um certo desprezo ao lidar com essas violências. Porque, afinal, parece que está todo mundo pactuado dentro de um acordo de que nós, de fato, não deveríamos estar ali, então a violência contra nós é uma coisa até meio que naturalizada.". (UNIVERSA UOL, 2021).

A violência das ruas contra a população LGBTI avança para dentro do parlamento, de modo a querer atingir fisicamente, mas também simbolicamente o que essas vereadoras/es LGBTI representam politicamente para a comunidade. A existência destes sujeitos LGBTI representam a resistência para além das suas ações, por isso a importância da sua permanência no cenário político das nossas cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia se fortalece quando da presença de sujeitos LGBTI nos legislativos municipais, enraíza as discussões por estar mais próxima da população, porém também enfrenta resistência dos grupos hegemônicos que perpetuaram nestes espaços.

Avança também no sentido de pensar numa cidadania sexual mais igualitária ao propor políticas públicas de enfrentamento a desigualdades estrutural de nossa sociedade, apresentando um diagnóstico mas apontado para uma outra forma de convívio em sociedade. Agendas políticas se instauram a partir das mais variadas experiências LGBTI, passando pela garantia do direito básico do uso do nome a direitos sociais como direito ao trabalho e a moradia. Porém é nas vivências mais dissidentes, de corpos trans periféricos é que temos avistado a maior potência política agora transportada para o espaço institucional do legislativo municipal.

Importante será acompanhar o caminhar destas histórias para que daqui três anos possamos avaliar o que se sedimentou como política pública e o que ainda permanecerá na ordem do desejo deste sujeitos LGBTI.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA LGBTI. Voto com Orgulho. 2020. Disponível em: <https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Campanha-2020-Vereadores.pdf>. Acesso em: 07 de dezembro de 2021.

ANTRA. Relatório Contra Violência LGBT's nos Contextos Eleitoral e Pós-eleitoral. 2019. Disponível em: <http://violencialgbt.com.br/>. Acesso em: 28 de outubro de 2021.

CARRARA, S. Discriminação, Políticas e Direitos Sexuais no Brasil. In: MONTEIRO, S., and VILLELA, W. comps. Estigma e saúde [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, pp. 143-160.

HASHIZUME, Maurício. Violência Política e Eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020 / Coordenação: : Élide Lauris, Sandra Carvalho, Gláucia Marinho e Darci Frigo – Curitiba: Terra de Direitos e Justiça Global, 2020. 129 p.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. Violência Política de Gênero e Raça no Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.violenciapolitica.org/>. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

MACIEL, A. P. B. ALARCON, A. O. & GIMENES, E. R. Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. Revista Eletrônica de Ciência Política, vol. 8, n. 3, 2017

O DIA. Em live nas redes sociais Benny Brioli lamenta deixar o Brasil. 2021. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2021/05/6145681-em-live-nas-redes-sociais-benny-briolly-lamenta-deixar-o-brasil.html>. Acesso em: 03 de dezembro de 2021.

PITKIN, Hanna Fenichel. *The concept of representation*, Berkeley: University of California, 1967.

SECHI, Leonardo. Mandatos coletivos e compartilhados :Desafios e possibilidades para a representação legislativa no século XX. Florianópolis: UDESC, 2019.

UNIVERSA UOL. Violência política atinge parlamentares negras e trans revela estudo. 2021. Disponível em:
<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/12/09/violencia-politica-atinge-parlamentares-negras-e-trans-revela-estudo.htm> . Acesso em: 01 de dezembro de 2021.

